Aviso n.º 19594/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Raimundo Conceição Souza da Silva, natural de Mata de São João, República Federativa do Brasil, de nacionalidade brasileira, nascido a 08/12/1963, o qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

Aviso n.º 19595/2008

Por decreto do Secretário de Estado Adjunto e da Administração Interna de 13 de Agosto de 2007, foi concedida a nacionalidade portuguesa, por naturalização, a Martina Maria Machado, natural de Nossa Senhora do Livramento, República de Cabo Verde, de nacionalidade cabo-verdiana, nascida a 12/12/1933, a qual poderá gozar os direitos e prerrogativas inerentes, depois de cumprido o disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 322/82, de 12 de Agosto, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 253/94, de 20 de Outubro e pelo Decreto-Lei n.º 37/97, de 31 de Janeiro.

1 de Julho de 2008. — Pelo Director-Geral, a Chefe de Departamento de Nacionalidade, *Marina Nogueira Portugal.*

MINISTÉRIOS DA ADMINISTRAÇÃO INTERNA E DA JUSTIÇA

Despacho n.º 18204/2008

Tendo presente a proposta da Procuradoria-Geral da República, de 14 de Março, é autorizado o destacamento, nos termos do disposto nos artigos 25.º e 26.º do Decreto-Lei n.º 333/99, de 28 de Agosto, e com os efeitos a partir de 14 de Janeiro de 2008, dos seguintes elementos da Polícia de Segurança Pública:

Rui Fernando da Silva Mendes, subchefe da Polícia de Segurança Pública.

Carlos Alberto Casca Rodrigues, agente principal da Polícia de Segurança Pública.

26 de Junho de 2008. — O Ministro da Administração Interna, *Rui Carlos Pereira.* — O Ministro da Justiça, *Alberto Bernardes Costa.*

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Secretaria-Geral

Despacho n.º 18205/2008

Nomeação

Considerando a publicação no *Diário da República,* 2.ª série, n.º 51, de 12 de Março de 2008, na bolsa de emprego público com o código de oferta OE200803/0131 e no jornal *Correio da Manhã* de 14 de Março de 2008, atenta a pretensão da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça (SGMJ) em seleccionar titular para o cargo de director de serviços do Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar, unidade orgânica nuclear, cuja área de actuação está prevista no artigo 8.º da Portaria n.º 514/2007, de 30 de Abril, e no Decreto Regulamentar n.º 50/2007, de 27 de Abril (Lei Orgânica da SGMJ);

Considerando que, nos termos do n.º 5 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, findo o procedimento concursal, o júri «elabora a proposta de nomeação, com indicação das razões porque a escolha recaiu no candidato proposto, abstendo-se de ordenar os restantes candidatos»;

Considerando que, das candidaturas apresentadas, se verifica que a do licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves cumpre os requisitos obrigatórios e anunciados e é aquela que melhor se adequa ao perfil pretendido, uma vez que evidencia relevante experiência quer ao nível do cargo a prover, quer ao nível do exercício de funções dirigentes de nível intermédio de 1.º e 2.ª graus, bem como um conhecimento profundo e transversal da orgânica do Ministério da Justiça;

Considerando que, nos termos do n.º 8 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, «os titulares dos cargos de direcção intermédia são providos por despacho do dirigente máximo do serviço ou organismo, em comissão de serviço, pelo período de três anos, renovável por iguais períodos de tempo»;

Considerando, por último, que, nos termos do n.º 9 do artigo 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, o provimento nos cargos de direcção intermédia produz efeitos à data do despacho de nomeação, salvo se outra data for expressamente indicada:

Nomeio, com efeitos a 16 de Junho de 2008, em comissão de serviço, para o cargo de director de serviços de Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar do quadro da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça o licenciado Luís Cecílio Vidal Gonçalves, técnico superior assessor do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça, nos termos e ao abrigo das disposições conjugadas dos artigos 20.º e 21.º da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, na redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto.

30 de Junho de 2008. — A Secretária-Geral, *Maria dos Anjos Maltez.*

Síntese curricular

Nome — Luís Cecílio Vidal Gonçalves.
Data de nascimento — 12 de Março de 1963.
Naturalidade — Anjos, Lisboa.
Categoria actual — técnico superior assessor (2006).
Habilitações académicas — licenciado em Direito pela Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica Portuguesa (1986, 14 valores).

Actividade profissional na Administração Pública

2003-2008:

Director de serviços no Departamento de Gestão do Subsistema de Saúde e Acção Social Complementar da Justiça da SGMJ, em regime de substituição; Chefe da Divisão de Coordenação, Gestão e Administração de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça e coordenador da Divisão de Recursos Humanos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça; Director de Serviços do Gabinete Jurídico da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Coordenador da Divisão de Planeamento e Programação de Investimentos da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça;

Técnico superior principal da Secretaria-Geral do Ministério da Justiça.

2000-2003:

Técnico superior principal da Direcção-Geral dos Registos e do Notariado.

1990-2000:

Subdirector-geral do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Director de Serviços de Planeamento e Coordenação Técnica do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Vogal suplente do Ministério da Justiça no Conselho Superior de Estatística;

Chefe da Divisão de Estatísticas da Justiça do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça;

Estagiário da carreira técnica superior, técnico superior de 2.ª classe e técnico superior de 1.ª classe do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério da Justiça.

Direcção-Geral da Administração da Justiça

Despacho (extracto) n.º 18206/2008

Por despacho do Subdirector-Geral, de 04 de Junho de 2008:

Sandra Cristina Pereira Afonso, escrivã-adjunta, do Tribunal de Família e Menores e da Comarca de Portimão — exonerada a seu pedido, com efeitos desde 30.03.2008.

24 de Junho de 2008. — A Directora de Serviços, *Helena Almeida.*